

# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2019

SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S.A. - SCPAR

8/10/2020

---

**Objetivo:** Gerar investimentos no território do Estado, através de participações societárias, ou pela celebração de contratos, nos regimes de parcerias público-privadas ou de concessão de serviços públicos.

**Base Legal:** Documento baseado nas orientações do Global Reporting-GRI/G4-Diretrizes para Relato de Sustentabilidade - Manual de Implementação, (GRI, 2015), para o modelo de conteúdo padrão geral. Empresas que necessitarem seguir estritamente as diretrizes GRI™, ou desejarem encontrar mais detalhes sobre o documento devem consultar o referido manual.

**Responsável:** Diretoria Executiva

## **1 MENSAGEM DO PRESIDENTE**

Dando cumprimento ao compromisso da SCPAR com a transparência, apresentamos o nosso Relatório de Sustentabilidade. O documento permitirá aos stakeholders da companhia conhecer mais detalhadamente o perfil da empresa e a forma pela qual procuramos atingir nossa missão e colocar em prática nossos valores.

O presente Relatório de Sustentabilidade contém informações relevantes a respeito dos resultados da empresa, no ano de 2019, no que diz respeito às dimensões econômica, social e ambiental da sua atuação.

Os aspectos materiais identificados refletem a estratégia de longo prazo estabelecida para a companhia para o período de 2019 a 2023.

Estamos cientes de que temos grandes desafios a serem superados para a gestão sustentável da empresa, contudo confiamos que com dedicação e profissionalismo conseguiremos continuar cumprindo, cada vez com mais eficiência, a missão da SCPAR.

Boa leitura!

Enio Albérto Parmeggiani

Diretor Presidente da SCPAR

## 2 PERFIL ORGANIZACIONAL

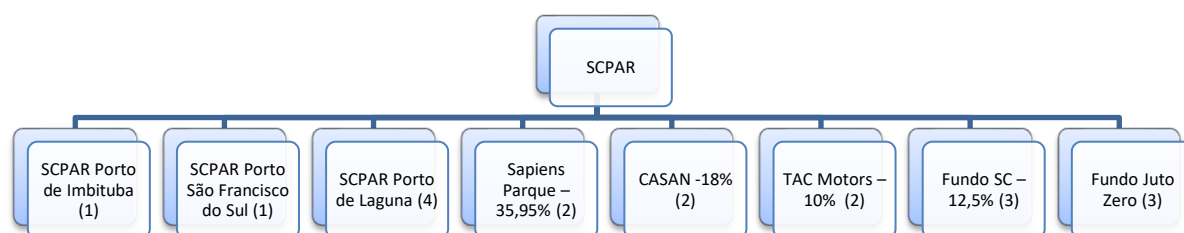
A SC Participações e Parcerias S.A., inscrita no CNPJ 07.293.552/0001 – 84, localizada da Rod. SC 401, km 5, nº 4600, bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC, foi fundada em 2005 sob forma de sociedade anônima de economia mista, na forma de capital fechado, e vinculada ao gabinete do Governador do Estado. O seu Capital Social autorizado é de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), dos quais já foram realizados R\$463.550.824,22 (quatrocentos e sessenta e três milhões, quinhentos e cinquenta mil e oitocentos e vinte quatro reais e vinte dois centavos).

A empresa foi constituída em 2005 por meio de Lei Estadual nº 13.335, e alterada posteriormente pela nº 15.500, de 20 de junho de 2011.

A SCPAR atua no apoio à geração de investimentos no Estado, nos setores de logística portuária, parques tecnológicos, inovação e tecnologia, por meio de participações acionárias diretas ou em fundos de investimento. A empresa também atua na gestão dos portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e Laguna, e na estruturação de projetos estratégicos de desestatização de interesse do Estado. Dessa forma, a empresa contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social catarinense.

A SCPAR, no cumprimento de seus objetivos investiu ao longo do tempo em participações acionárias, participando do capital de empresas públicas e privadas, bem como constituiu empresas de propósito específico, as quais estão ilustradas na figura 1.

Figura 1. Empresas do Grupo SCPAR



- (1) Subsidiárias integrais
- (2) Participações societárias
- (3) Participação em fundos
- (4) Filial

### 2.1 Missão

Prover soluções para a excelência da gestão de ativos públicos no território catarinense por meio de desestatizações, gestão portuária e desenvolvimento de negócios.

### 2.2 Visão

Transformar Santa Catarina em um estado modelo na gestão de ativos públicos.

## 2.3 Valores

- Excelência nos serviços
- Zelo pelos ativos públicos
- Foco em resultados
- Valorização dos colaboradores
- Gestão transparente

## 2.4 Eixos de atuação e resultados

No ciclo de planejamento estratégico elaborado em 2019, que abrange o período de 2019 a 2023, foram estruturados três grandes eixos de atuação da empresa com vistas ao alcance de sua visão de longo prazo para o negócio, conforme demonstrado a seguir.

### Eixos de atuação



FIGURA 2 - EIXOS DE ATUAÇÃO

### Gestão Portuária

A atuação da SCPAR no segmento Portuário visa profissionalizar e agregar valor à gestão dos Portos Públicos em Santa Catarina, através da elaboração de políticas portuárias, modernização do modelo e práticas de gestão, além de prestar serviços técnicos de análise econômico-financeira, revisão tarifária e elaboração de projetos de financiamentos e investimentos.

Entendemos que trazendo maior eficiência na gestão desses ativos, é possível alcançar maior desenvolvimento econômico para as áreas no entorno dos Portos e elevar o potencial de arrecadação de impostos para o Estado de Santa Catarina.

### Desestatizações

Desde sua fundação, a SCPAR foi concebida como empresa de estruturação de projetos de PPPs e concessão no Estado de Santa Catarina. As desestatizações incluem as parcerias público-privadas, previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos. Cabe à companhia a realização de estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.

Recentemente, a Lei Complementar 741/2019 garantiu à SCPAR a coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC), lançado no dia 28 de maio, em São Paulo, no maior evento de desestatização do país.

### Desenvolvimento de Negócios

A SCPAR atua prestando suporte público em projetos empresariais, trazendo seu conhecimento técnico em análise e gestão de ativos, corroborando com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense. Seu foco neste eixo de atuação é o aprimoramento do sistema de apoio ao empreendedorismo e inovação.

Para cumprir com este objetivo, a empresa dispõe de instrumentos como o aporte de capital em empresas (públicas ou privadas), além de atuar no comitê da Investe-SC, agência que presta suporte aos empreendedores que buscam o Estado de SC para sediar seus empreendimentos.

## **2.5 Porte da organização**

A SCPAR configura-se como uma empresa de grande porte, com receita operacional bruta acima de R\$ 90 milhões, teto atingido com a soma das receitas operacionais brutas das empresas que compõe a *holding*, a exemplo do Porto de Imbituba e do Porto de São Francisco do Sul.

A seguir apresenta-se a evolução da Receita Bruta do grupo econômico da SCPAR dos últimos 03 (três) exercícios.

### **Receita Operacional Bruta do Grupo SCPAR**

Empresa	Exercícios		
	2017	2018	2019
SCPAR Holding	R\$ -	R\$ -	R\$ 247.701,19
SCPAR Porto de Imbituba	R\$ 52.309.000,00	R\$ 78.442.000,00	R\$ 99.577.000,00
SCPAR Porto de São Francisco do Sul	R\$ -	R\$ 50.280.000,00	R\$ 70.981.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 52.309.000,00</b>	<b>R\$ 128.722.000,00</b>	<b>R\$ 170.805.701,19</b>

## **2.6 Composição do quadro de servidores ativos**

A seguir apresenta-se a posição do quadro de servidores ativos referente ao ano de 2019.

### Composição do Quadro de Servidores Ativos

Efetivos		Quantidade	Comissionados		Quantidade
Agente Jurídico		4	Assessor Exec de Assuntos Portuarios		1
Administrativo		2	Assessor Exec de Assuntos Institucionais		1
Agente de Negócios		3	Assessor I		3
Agente Administrativo		3	Assessor II		1
Agente Técnico		1	Assessor III		2
Analista Técnico Fin		1	Gerente Executivo Portuario		1
<b>Total</b>		<b>14</b>	Coordenador Operacional Portuario		1
			Assessor Portuario		1
			Assessor Exec do órgão Gestor de PPP		1
			Assessora de Gabinete		1
			<b>Total</b>		<b>13</b>
Diretoria		Quantidade	Conselheiros		Quantidade
Diretor Presidente		1	Conselho Adm		7
Diretor		4	Conselho Fiscal		3
<b>Total</b>		<b>5</b>	<b>Total</b>		

### Composição da força de trabalho

TIPOLOGIA DOS CARGOS	QUANTITATIVO
1. Colaboradores em Cargos Efetivos	14
1.1. Colaboradores de carreira vinculada ao órgão	12
1.2. Colaboradores de carreira vinculados a outro órgão	2
2. Colaboradores com Contratos Temporários	13
3. Terceirizados	39
<b>Total da força de trabalho</b>	<b>80</b>

Os acordos de negociação coletiva cobrem 100% dos empregados da empresa.

## 2.7 Cadeia de fornecedores

A seguir apresenta-se o quadro de licitações e contratos referente ao ano de 2019.

#### VALORES ANUAIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS POR MODALIDADE

Modalidade/Forma	Exercício: 2019			Total Anual: (A+B+C)
	Despesa Liquidada Anual			
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	
Concorrência	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Pregão Presencial	-	-	95.750,00	95.750,00
Pregão Eletrônico	-	-	-	-
Dispensa de Licitação (Art 24, I e II)	4.200,00	143.628,43	2.478.791,07	2.626.619,50
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	-	-	-	-
Inexigibilidade de licitação	-	-	59.154,00	59.154,00
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.200,00</b>	<b>143.628,43</b>	<b>2.633.695,07</b>	<b>2.781.523,50</b>

Fonte: Relatório de Gestão SCPAR, referente a 2019.

### 3 ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS

Os principais aspectos materiais identificados, ou seja, os temas principais e de relevância para os públicos internos e externos da SCPAR, foram extraídos da estratégia de longo prazo elaborada pela empresa, e compreendem:

- Sustentabilidade da empresa;
- Consolidação da atuação nas áreas de negócio;
- Desenvolvimento dos portos delegados ao Estado de Santa Catarina;
- Institucionalização da cultura de governança corporativa.

A abordagem de gestão definida em 2019, para aumentar os impactos positivos e evitar/mitigar os impactos negativos dos aspectos materiais, teve como base a estratégia de longo prazo elaborada pela SCPAR e está descrita a seguir:

<b>Aspecto Material</b>	<b>Abordagem de Gestão</b>
Sustentabilidade da empresa	- Planejamento e desenvolvimento de iniciativas para dar início a prestação de serviços de forma remunerada pela empresa, a estratégia contemplou projetos de desestatização dentro do programa de governo PPI-SC, projetos de prestação de serviços de consultoria para os portos delegados e a concessão da delegação do Porto de Laguna ao estado por meio da SCPAR.
Consolidação da atuação nas áreas de negócio	- Agenda periódica de acompanhamento com os portos delegados, subsidiárias e filial da empresa. - Ingresso e protagonismo no comitê de desestatização do Estado de Santa Catarina. - Criação e desenvolvimento de uma carteira de projetos de desestatização. - Política de desinvestimento das empresas investidas, com vistas a recuperação do capital investido e mitigação dos eventuais prejuízos.
Desenvolvimento dos portos delegados ao Estado de Santa Catarina	- Agenda periódica de acompanhamento com das subsidiárias e filial da empresa, a fim de construir políticas alinhadas entre as unidades, reforçando o desenvolvimento conjunto dos portos delegados.
Institucionalizar a cultura de governança corporativa	- Estruturação interna das instâncias de governança corporativa e órgãos de controle, considerando o modelo das três linhas de defesa. - Definição de processos internos que garantam o atendimento à Lei 13.303/2016 e decretos complementares, embasamento legal que regulamenta a Governança Corporativa nas empresas públicas e sociedades de economia mista.

### 4 ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS

Aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 08/10/2020.



Os principais stakeholders engajados pela organização são:

- Governo do Estado de Santa Catarina
- Secretaria de Estado da Fazenda
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Tribunal de Contas do Estado
- Grupo Gestor do Governo
- Secretaria de Estado da Administração
- Secretaria de Estado de Comunicação
- Investe SC
- FIESC
- Prefeituras Municipais
- Clientes

## 5 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da SCPAR no exercício de 2019 foi formada pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração e por uma diretoria colegiada, composta pelo Diretor Presidente, Diretoria Administrativa-Financeira, Diretoria de Negócios, Diretoria de Planejamento e Gestão e Diretoria de Assuntos Regulatórios e Jurídicos. A empresa ainda conta com os órgãos: Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Auditoria Interna, Controle Interno e Gestão de Riscos, Comissão Permanente de Licitações e Comitê de *Compliance*.

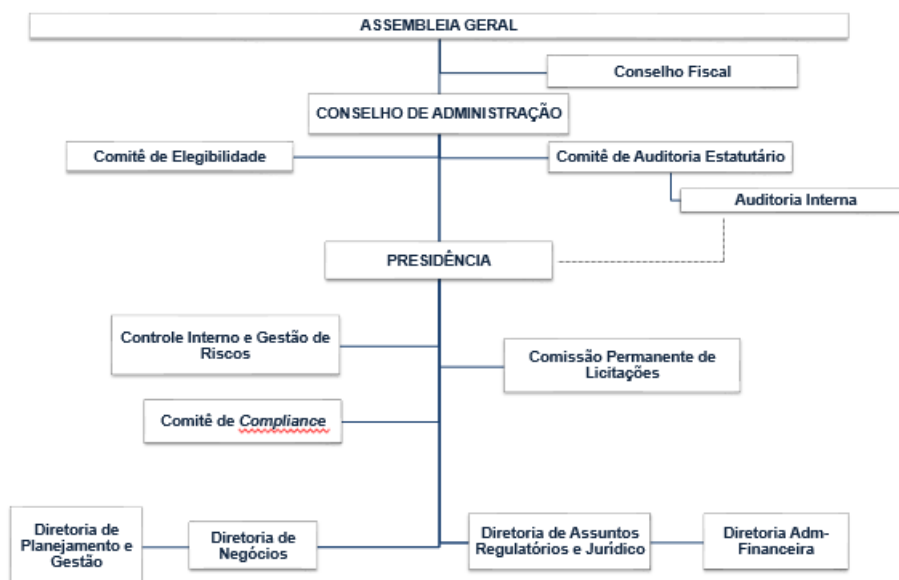


FIGURA 3- ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ATUAL

A composição atual dos órgãos de governança corporativa da SCPAR pode ser acessada por meio do link: <http://www.scpa.br/quem-somos/administracao/>, já a composição dos órgãos no ano de 2019 é apresentada a seguir.

A determinação de remuneração aplicada ao mais alto órgão de governança, o Conselho de Administração é realizada nas Assembleias de Acionistas.

Aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 08/10/2020.

### **5.1 Conselho de Administração**

Ricardo Moritz – Presidente do Conselho

Guilherme Pereira Oliveira

Alexandre Dorta Canella

João Eduardo de Nadal

Leo Marco Nunes Meira

Bruno Piva Búrigo

Felipe da Silva Ferrari

Filipe Ximenes de Melo

### **5.2 Conselho Fiscal**

Luiz Felipe Ferreira

Giglione Edite Zanela Maia

Douglas Borba

### **5.3 Diretoria Colegiada**

Diretor Presidente: Gustavo Salvador Pereira

Diretor de Planejamento e Gestão: Ricardo Elói Espíndola

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos: Fabiano Ramalho.

Diretor de Negócios: Rafael Lima Palmares.

Diretor Administrativo-Financeiro: Joel Alves.

### **5.4 Comitê de Elegibilidade**

Guilherme Pereira Oliveira - Titular

Eduardo Artur Cunha - Titular

Fernanda Marques Stieven – Titular

Marcos de Souza Sabino – Suplente

Bruna Eva Moraes dos Anjos- - Suplente

Jeferson Machado - Suplente

### **5.5 Auditoria e Controle interno**

Geancarlo Stein

### **5.6 Comissão permanente de licitações**

Diego da Rocha Piazza

Daniel Geraldo Gebler

Paulo Roberto Ramos

### **5.7 Diretoria Colegiada Atual**

Aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 08/10/2020.

Diretor Presidente: Enio Parmeggiani

Diretor Administrativo Financeiro: Jeferson Machado

## 6 ÉTICA E INTEGRIDADE

A SCPAR possui um “Código de Conduta e Integridade” fundamentado nos valores da empresa e que orienta o comportamento pessoal e profissional nos relacionamentos com seus acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, governo, comunidade e sociedade. O código está disponível no link: <http://www.scpa.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/C%C3%B3digo-de-Conduta-e-Integridade.pdf>.

Todo corpo diretivo e de colaboradores, contemplando a área responsável pela elaboração de divulgações e/ou por comunicações públicas ao mercado tem a responsabilidade de assegurar que tais divulgações, comunicações e informações estejam completas, exatas e em conformidade com os controles e procedimentos da empresa para divulgação.

Com o intuito de fortalecer o modelo de linhas de defesa da empresa, além de dar cumprimento aos mandamentos da Lei Federal 13.303/16, no ano de 2019 os gestores decidiram por separar as áreas de Controladoria Interna e Auditoria Interna e adicionar a atividade de gestão de riscos e *compliance* na estrutura empresarial, proporcionando um maior grau de autonomia e independência nas atuações e reforçando a governança.

### 6.1 Com a Sociedade

Consciente de sua responsabilidade, a empresa mantém relações com a sociedade marcadas pela confiança e transparência. Em seus relacionamentos com os vários segmentos, a empresa se compromete a:

- a) Estimular a cooperação com poderes públicos e órgãos reguladores para contribuir com os interesses da sociedade;
- b) Estabelecer mecanismos de diálogo com as diversas partes interessadas nos negócios da empresa e praticar uma gestão com transparência nos resultados;
- c) Apoiar e estimular políticas públicas, a fim de maximizar sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade;
- d) Respeitar os costumes e as culturas locais e promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades com as quais interage;
- e) Não utilizar, sob nenhuma forma, o trabalho escravo e infantil, degradante, forçado ou compulsório;
- f) Valorizar o envolvimento dos empregados, em eventos, debates e elaboração de propostas, tendo em vista a viabilização e o fortalecimento de projetos de caráter social;
- g) Estimular a conscientização social e o exercício da cidadania ativa por parte de todos os seus empregados, por meio de desenvolvimento de programa de educação para a cidadania;

- h) Incentivar a viabilização de projetos de pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, interagindo ativamente com a comunidade acadêmica e científica;
- i) Prevenir e coibir qualquer prática de corrupção, mantendo procedimentos formais de controle e de consequência sobre possíveis transgressões, de acordo com este Código, Lei 8.429/92 e Lei 12.846/13 ("Lei Anticorrupção");
- j) Coibir o apoio financeiro e contribuições para partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos;
- k) Promover canais permanentes de comunicação e diálogo com as comunidades onde atua, com o objetivo de prevenir, monitorar, avaliar e controlar os impactos de suas atividades; e
- l) Incentivar iniciativas voluntárias de seus empregados, com o objetivo de mobilizar e potencializar seus recursos e competências de forma integrada e sistêmica, em benefício das comunidades em que atua.

## **6.2 Com os Acionistas**

Atendendo a requisitos da boa governança corporativa, a empresa:

- a) Conduz de forma democrática suas relações com os acionistas valorizando sua participação e interesses;
- b) Prioriza, na elaboração de relatórios, a transparência, a confiabilidade, a objetividade e a pontualidade das informações;
- c) Atua de forma a atrair o investimento necessário para manter, melhorar e expandir a empresa, assegurando aos acionistas o retorno adequado; e
- d) Divulga as informações pertinentes aos acionistas e ao mercado por meio de colaboradores autorizados a realizar essa função.

## **6.3 Com os Empregados**

Priorizando o relacionamento com os empregados, a empresa se compromete a fornecer condições de trabalho adequadas, que garantam saúde, segurança e privacidade para o bom desenvolvimento de suas atividades. Assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, remuneração compatível com o mercado, benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador.

## **6.4 Com Associações e Entidades de Classe**

No zelo pelo respeito aos princípios legais e à boa convivência com associações, sindicatos e entidades de classe, a empresa:

- a) Respeita o direito de seus empregados de criar, manter e se filiar a esses órgãos, sem praticar qualquer tipo de discriminação;
- b) Participa de processos legítimos de negociação coletiva de trabalho; e
- c) Respeita as normas para exercício da profissão, regulamentadas pelos seus respectivos Conselhos de Classe.

## **6.5 Com Estagiários e Jovens Aprendizes**

Na relação com os estagiários e jovens aprendizes, a empresa se compromete a:

- a) Orientar para que respeitem os princípios de conduta ética definidos neste Código, enquanto perdurem seus contratos; e
- b) Contribuir para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, visando sua melhor inserção no mercado de trabalho, bem como promover sua inclusão na sociedade.

## **6.6 Com os Fornecedores e Prestadores de Serviço**

A empresa exige o cumprimento da legislação vigente, bem como estimula seus fornecedores e prestadores de serviço a respeitarem os princípios e as normas deste Código e a promoverem ações de responsabilidade socioambiental. Sendo assim, a relação com fornecedores e prestadores de serviço deve:

- a) Pautar-se pelo profissionalismo, pela transparência, objetividade, clareza das informações e pelas especificações técnicas;
- b) Orientar-se pelo respeito incondicional e irrestrito às leis, regulamentos e normas aplicáveis;
- c) Contribuir com a preservação da imagem da empresa e gerar parcerias concretas para a busca de soluções comuns;
- d) Realizar acompanhamento sistemático a fim de verificar a não utilização de trabalho escravo, infantil, degradante, forçado, compulsório ou o descumprimento da legislação ambiental, cobrando práticas seguras no desenvolvimento das atividades; e
- e) Selecionar e contratar fornecedores e prestadores de serviço baseando-se em critérios legais e técnicos de qualidade, custo e pontualidade, e exigir um perfil ético em suas práticas de gestão, de responsabilidade social e ambiental, recusando práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório, e outras práticas contrárias aos princípios deste Código, inclusive na cadeia produtiva de tais fornecedores.

## **7 GESTÃO E RESULTADOS ECONÔMICOS**

---

Exercício 2019

Aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 08/10/2020.

<b>Valor econômico gerado</b>	<b>R\$</b>	<b>9.073.754,81</b>
Receita financeira líquida	R\$	2.093.813,30
Receita operacional líquida	R\$	212.403,77
Dividendos recebidos dos Portos - subsidiárias	R\$	6.767.537,74
<b>Valor econômico distribuído</b>	<b>R\$</b>	<b>7.773.577,56</b>
Custos operacionais	R\$	1.429.647,08
Salários e benefícios de empregados	R\$	4.601.439,11
Honorários da Diretoria e encargos	R\$	1.742.491,37

Em atendimento aos Convênios de Delegação, celebrados entre União e o Governo do Estado SC, para a administração e exploração do Porto de Imbituba e do Porto de São Francisco do Sul, 25% dos dividendos auferidos pelo sócio majoritário (SCPAR) precisam obrigatoriamente ser aplicados em obras de melhoria do Porto. No ano de 2019 não foram realizados investimentos com os valores auferidos de dividendos, para o ano de 2020 será apresentado um plano de investimento visando ao cumprimento desta obrigação.

## 7.1 Principais Destaques

A tabela 1 retrata a os aspectos econômicos da SCPAR nos anos de 2019 e 2018.

Tabela 1. Aspectos econômicos do exercício

<b>R\$ (Em Reais)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita Financeira	2.195.923,75	2.957.527,50
Lucro/Prejuízo Líquido	7.220.571,74	(22.930.382,85)
Investimentos (10.1+10.1.1)	0,00	273.300,77

No exercício de 2019 a SCPAR apresentou Lucro Líquido de R\$ 7.220.571,74, valor este 131,49% superior ao Prejuízo Líquido de 2018, que foi de (22.930.382,85).

Este lucro se deu pelos resultados positivos da equivalência patrimonial dos investimentos Sapiens Parque S.A. e Companhia Catarinense Saneamento S.A. – CASAN.

Tabela 2. Equivalência Patrimonial

<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>2019</b>
Sapiens Parque S.A.	4.796.078,54
Companhia Cat. de Águas e Saneamento S.A – Casan	1.974.917,14
<b>Total</b>	<b>6.770.995,68</b>

Destaca-se também o desempenho econômico das subsidiárias da companhia, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto São Francisco do Sul, que obtiveram aumentos representativos no lucro líquido em relação ao ano anterior.

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2019 com um lucro líquido de R\$36.992.099,44, o que representou um crescimento de aproximadamente 40% (quarenta

Aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 08/10/2020.

por cento) do lucro apurado no exercício imediatamente anterior. O lucro apurado em 2019 correspondeu a, aproximadamente, 37 % (trinta e sete por cento) da receita bruta da companhia neste mesmo ano. Em relação ao faturamento, esse somou aproximadamente R\$ 99,5 Milhões de Reais, em uma escalada crescente de aproximadamente 27 % (vinte e sete por cento) do valor registrado em 2018.

Quanto a SCPAR São Francisco do Sul, em 2019 a subsidiária apurou Lucro Líquido de R\$ 3.916.000,00, resultando em um aumento de 384% comparado ao valor apurado no ano anterior, que totalizou R\$ 809.000,00. Um dos fatores que auxiliaram esse resultado positivo foi o fato de que em maio de 2019, com a resolução nº 6881 da ANTAQ, o Porto começou a cobrar a tarifa do corredor de exportação, havendo um incremento no faturamento do ano no valor de R\$14.972.041,60 (quatorze milhões, novecentos e setenta e dois mil, quarenta e um reais e sessenta centavos), perfazendo um aumento no faturamento em relação a 2018 na ordem de 34,36%.

## **8 RESPONSABILIDADE SOCIAL E COM O MEIO AMBIENTE**

**PPI-SC:** A sustentabilidade do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC), executado pela SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR, está presente na metodologia de priorização de projetos do PPI-SC em vários momentos, de forma direta e indireta. No critério custo/benefício, de forma direta, foi definido um indicador específico quanto ao atendimento aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o projeto obtém nota máxima, no critério atendimento dos ODS, se atender cinco ou mais ODS, sendo que todos partem ao menos da nota um, tendo em vista que a natureza dos projetos que são enquadrados na carteira do PPI-SC atende ao menos ao objetivo 17: parcerias para implementação dos objetivos.

De forma indireta, os indicadores de impacto fiscal do projeto e da percepção de melhoria da eficiência na prestação de serviços para a sociedade também corroboram com o desenvolvimento sustentável do PPI-SC, diminuindo custeio público ou gerando receitas novas para o Estado e, ainda, aumentando a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos, ou seja, adicionando mais valor ao dinheiro pago pelos contribuintes.

Ainda de forma indireta, na medida em que os projetos evoluem no *pipeline*, passando para a fase de estruturação, procura-se, por premissa, estabelecer diretrizes de desenvolvimento sustentável como obrigações/incentivos ao parceiro privado por exemplo nos indicadores de desempenho do projeto, para desconto no percentual de compartilhamento de receita, que podem adentrar no âmbito de: redução de ruído, oferta de alimentação saudável, utilização de energias renováveis, captação e reutilização de águas, opção de recarga para carros elétricos, adoção de fornecedores com selo verde, dentre outros.

**Portos delegados:** A natureza das atividades portuárias exige um gerenciamento preciso e periódico dos impactos e condicionantes ambientais. A responsabilidade ambiental do setor portuário é regulamentada por leis internacionais e nacionais e acompanhada/fiscalizada por órgãos regionais e nacionais.

Na SCPAR Porto de Imbituba, as frentes de trabalho de monitoramento do meio ambiente e de promoção da saúde e segurança dos trabalhadores estão enraizadas em valores corporativos, para além da obrigação legal. O resultado se consolidou em dois importantes reconhecimentos em 2019. Em maio, a SCPAR Porto de Imbituba recebeu o Prêmio Nacional Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental, pelo Projeto “Mar de Letras”, desenvolvido em 2018 para comemorar os dez anos do Programa de Monitoramento das Baleias-francas. E, em dezembro, pelo 4º ano consecutivo, a companhia foi agraciada com o Certificado em Responsabilidade Social pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Não obstante, a SCPAR Porto de São Francisco do Sul tem como premissa o desenvolvimento sustentável da cidade e seu entorno, respeitando a sociedade e o propósito de crescimento de Santa Catarina. O porto atua em harmonia com a preservação do meio ambiente, em ações que buscam conscientização coletiva e o monitoramento da qualidade ambiental. Entre os 16 programas em andamento, em 2019 destacamos:

- Projeto SOS Oceanos: desenvolvido entre os pescadores, consiste no recolhimento do lixo que vai para o mar e acaba sendo puxado pelas redes de pesca. Em apenas sete meses do projeto, envolvendo aproximadamente dez pescadores, foram recolhidos cerca de 10.000 litros de lixo;
- Projeto Arte & Descarte: consiste em reciclar os uniformes usados e transformá-los em máscaras, necessaires, sacolas, etc.; e
- PEAT-Programa de Educação Ambiental aos Trabalhadores que tem o objetivo de sensibilizar os trabalhadores para separar o lixo para reciclagem.

## 9 PERFIL DO RELATÓRIO

Este relatório de sustentabilidade refere-se ao exercício de 2019.

Para perguntas sobre este relatório e seu conteúdo, os interessados podem telefonar para o número (48) 3665-3200, ou encaminhar e-mail para o endereço [desiree@scpar.sc.gov.br](mailto:desiree@scpar.sc.gov.br).

O documento foi aprovado pela diretoria executiva da SCPAR, bem como pelo seu Conselho de Administração.

## 10 GLOSSÁRIO

**Aspecto:** “O termo é usado nas Diretrizes para se referir à lista de tópicos que elas abordam.” (GRI, 2015, p. 248).

**Aspectos materiais:** “Aspectos materiais são aqueles que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou influenciam substancialmente as avaliações e decisões de stakeholders. Para determinar se um Aspecto é relevante, são necessárias análises qualitativas e quantitativas e discussões.” (GRI, 2015, p. 248).

As Diretrizes organizam os conteúdos padrão específicos do relatório em três Categorias - Econômica, Ambiental e Social.



A Categoria Social divide-se em quatro subcategorias, a saber, Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto. (GRI, 2015, p. 63).

**Materialidade:** “A materialidade é o limiar a partir do qual os Aspectos tornam-se suficientemente expressivos para serem relatados”. (GRI, 2015, p. 11).

**Matriz de materialidade:** é um gráfico que demonstra a importância dos principais tópicos de interesse da empresa sob a perspectiva de diferentes stakeholders, incluindo público interno e externo.